



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EUNICE SANTOS RASTELLY DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM O TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA INFANTIL OBRAS SOCIAIS
FREI RAUL SEELBACH EM ACUPE**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

EUNICE SANTOS RASTELLY DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM O TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA INFANTIL OBRAS SOCIAIS
FREI RAUL SEELBACH EM ACUPE**

Monografia apresentada para aprovação no
Curso de Bacharelado em Humanidades do
Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carine Gurunga de
Matos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S579e

Silva, Eunice Santos Rastelly da.

Educação inclusiva para crianças com o Transtorno do Espectro Autista na Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach em Acupe / Eunice Santos Rastelly da Silva. - 2026.

32 f.

Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2026.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carine Gurunga de Matos.

1. Educação inclusiva - Acupe (Santo Amaro, BA). 2. Crianças com transtorno do espectro autista. 3. Educação infantil. 4. Professores - Formação. I. Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach - Estudo de casos. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 371.908142

EUNICE SANTOS RASTELLY DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM O TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA INFANTIL OBRAS SOCIAIS
FREI RAUL SEELBACH EM ACUPE**

Monografia apresentada para aprovação no
Curso de Bacharelado em Humanidades do
Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Aprovado em: 01/07/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carine Gurunga de Matos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Renata de Oliveira Batista Rodrigues

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Monalisa Ribeiro Mariano

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tornando possível a concretização de mais uma etapa importante da minha vida acadêmica.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder saúde, força, sabedoria e determinação ao longo de toda essa trajetória, permitindo que eu superasse os desafios e chegasse até aqui.

Aos meus pais, Jaciara Barreto e Jurandir Rastelly, que sempre estiveram ao meu lado durante essa longa caminhada, oferecendo apoio, amor, incentivo e compreensão em todos os momentos, sendo fundamentais para que eu não desistisse diante das dificuldades. À minha família que de alguma forma, esteve presente, torcendo pelo meu sucesso e me dando suporte emocional ao longo dessa jornada.

À minha orientadora, Carine Gurunga de Matos, pela dedicação, paciência, compreensão e pelas valiosas orientações, que foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Quero agradecer também a toda equipe pedagógica da Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach, que contribuiu de forma significativa para esta pesquisa, respondendo aos questionários com atenção, disponibilidade e compromisso, colaborando diretamente para a construção deste estudo.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, mesmo não mencionados nominalmente, fizeram parte dessa trajetória e contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

“Quem se rende à tentação do ninho, jamais aprenderá a voar; quem não se aventura pelos mares, verá o casco de seu barco apodrecer em pleno cais; quem não ousar na vida profissional, ficará superado porque não foi capaz de dialogar com as mudanças que o tempo ofereceu.”

Hamilton Werneck

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conhecer como ocorre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach, localizada no distrito de Acupe, em Santo Amaro – BA. A pesquisa busca compreender as práticas pedagógicas adotadas, os desafios enfrentados pelos professores e a participação das crianças no ambiente escolar. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, realizado por meio de observações do cotidiano escolar e aplicação de questionários com 11 participantes, entre professoras, diretora e coordenadora pedagógica. Os resultados demonstram que, embora a escola desenvolva estratégias inclusivas, como o uso de atividades lúdicas, materiais concretos e adaptação das práticas pedagógicas, ainda existem desafios significativos, principalmente relacionados à falta de formação continuada dos professores, à escassez de recursos e à necessidade de maior apoio institucional. Além disso, foi possível identificar avanços no desenvolvimento das crianças com TEA, especialmente na socialização, comunicação e autonomia. Conclui-se que a inclusão escolar está em processo de construção, sendo fundamental o investimento em formação docente, recursos pedagógicos e fortalecimento da parceria entre escola, família e comunidade para garantir uma educação mais inclusiva e de qualidade. A fundamentação teórica deste estudo baseia-se nas contribuições de Silva *et al.* (2024), Sampaio (2018), Carneiro *et al.* (2021) e Maia e Jacomelli (2019), que discutem a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a importância de práticas pedagógicas inclusivas. Os autores destacam que a inclusão vai além da inserção do aluno na escola, exigindo adaptações curriculares, formação continuada dos professores, recursos pedagógicos adequados e a atuação conjunta entre escola e família. Além disso, a Lei nº 12.764/2012 reforça o direito das pessoas com TEA à educação inclusiva e ao atendimento especializado, evidenciando a necessidade de ações que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes no ambiente escolar.

Palavras-chave: educação inclusiva - Acupe (Santo Amaro, BA); crianças com transtorno do espectro autista; educação infantil; professores - formação; Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach - estudo de casos.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) occurs at the Obras Sociais Frei Raul Seelbach Children's School, located in the district of Acupe, Santo Amaro – BA. The research seeks to understand the pedagogical practices adopted, the challenges faced by teachers, and the participation of children in the school environment. This is a qualitative study, conducted through observations of daily school life and the application of questionnaires to 11 participants, including teachers, the principal, and the pedagogical coordinator. The results show that, although the school develops inclusive strategies, such as the use of playful activities, concrete materials, and adaptation of pedagogical practices, significant challenges remain, mainly related to the lack of continuing education for teachers, the scarcity of resources, and the need for greater institutional support. Furthermore, it was possible to identify advances in the development of children with ASD, especially in socialization, communication, and autonomy. It is concluded that school inclusion is a work in progress, and investment in teacher training, pedagogical resources, and strengthening the partnership between school, family, and community is fundamental to ensuring a more inclusive and quality education. The theoretical foundation of this study is based on the contributions of Silva *et al.* (2024), Sampaio (2018), Carneiro *et al.* (2021), and Maia and Jacomelli (2019), who discuss the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) and the importance of inclusive pedagogical practices. The authors emphasize that inclusion goes beyond simply placing the student in school, requiring curricular adaptations, ongoing teacher training, appropriate pedagogical resources, and joint action between school and family. Furthermore, Law No. 12.764/2012 reinforces the right of people with ASD to inclusive education and specialized care, highlighting the need for actions that guarantee not only access but also the permanence, participation, and learning of these students in the school environment.

Keywords: inclusive education - Acupe (Santo Amaro, BA); children with autism spectrum disorder; early childhood education; teacher training; Obras Sociais Frei Raul Seelbach Preschool - case study.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O CONTEXTO ESCOLAR	11
2.1	A UNIDADE DE ESTUDO	13
3	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	15
4	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	17
4.1	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	17
4.2	QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES	18
4.3	QUESTIONÁRIO PARA GESTORES	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um direito fundamental de todas as crianças, entretanto, na prática, ainda existem inúmeros desafios, especialmente no contexto da educação infantil. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar como a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido realizada na Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach, localizada no distrito de Acupe, no município de Santo Amaro – BA.

A educação, de acordo com Lev Vygotsky, exerce papel essencial no desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo, uma vez que o aprendizado ocorre por meio das interações sociais e culturais (Vygotsky, 1991). Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996). Assim, a educação deve ser compreendida como um direito de todos, sem distinções ou exclusões, o que reforça a necessidade de uma prática educacional inclusiva.

Uma educação inclusiva não se limita apenas ao acesso à escola, mas envolve a garantia da permanência e do sucesso do estudante. Para além da presença física, é necessário adaptar a estrutura escolar, o currículo, os recursos pedagógicos e a formação docente, de modo a atender à diversidade presente no ambiente escolar. Segundo Mantoan (2003), a inclusão exige compreender o estudante como sujeito de direitos e potencialidades, e não apenas por suas limitações.

Nesse contexto, destacam-se as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que demandam atenção especializada no processo educacional. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), o autismo é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a interação social, a comunicação e o comportamento, apresentando diferentes níveis de suporte. Por se tratar de um espectro, há grande variação nas manifestações, o que exige práticas pedagógicas individualizadas e sensíveis às necessidades de cada criança.

A atuação dos professores é fundamental nesse processo. Conforme Karlla e Balbino (2015), uma formação docente adequada e contínua possibilita o desenvolvimento de metodologias mais eficazes, além de favorecer um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e estimulante. No entanto, ainda existem desafios significativos, como a falta de formação específica, a escassez de recursos e dificuldades institucionais, conforme apontam Tavares, Santos e Freitas (2016).

A Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach, instituição filantrópica conveniada com a prefeitura, localizada em Acupe, acolhe crianças com TEA em seu ensino regular. A escola possui estrutura composta por salas de aula, refeitório, cozinha, área de lazer, sanitários adaptados, parque e biblioteca, atendendo um número significativo de crianças na faixa etária de 2 a 6 anos. A instituição foi fundada com o objetivo de promover o atendimento educacional à comunidade local e, ao longo dos anos, consolidou-se como um importante espaço de educação infantil na região.

A escolha deste tema também está relacionada à vivência pessoal da pesquisadora, que atuou como aluna e atualmente exerce função docente na mesma instituição. O contato direto com crianças com TEA despertou o interesse pela educação inclusiva e pela compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar, especialmente no que se refere aos desafios enfrentados pelos profissionais da educação.

Nesse sentido, observa-se que, embora haja empenho dos educadores, ainda existem dificuldades relacionadas à formação continuada e à adaptação das práticas pedagógicas. Além disso, o espaço físico escolar, apesar de acolhedor, ainda necessita de adequações que favoreçam o conforto sensorial e a inclusão efetiva dos alunos com TEA. A convivência entre alunos com e sem deficiência também é fundamental, pois contribui para a construção de um ambiente mais respeitoso e solidário (Mantoan, 2003).

Outro aspecto relevante é a relação entre escola, família e comunidade, que deve atuar de forma integrada no processo de inclusão. Como destaca Vieira et al. (2021, p.8), "vale ressaltar, que a inclusão da família no processo de inclusão escolar foi evidenciada por muitos professores como fundamental"

Dessa forma, este trabalho busca conhecer de que maneira ocorre a inclusão de crianças com TEA na educação infantil, considerando as estratégias pedagógicas utilizadas, a formação dos professores e as práticas institucionais adotadas. Além disso, pretende contribuir para a reflexão sobre os avanços e desafios da educação inclusiva, fortalecendo a construção de um ambiente escolar mais justo, sensível e acessível a todos os alunos.

2 O CONTEXTO ESCOLAR

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e emocional do indivíduo. Lev Vygotsky defende que o aprendizado ocorre por meio da interação social e cultural, sendo essencial para a construção do conhecimento, já que o desenvolvimento

cognitivo se dá a partir das relações estabelecidas entre o indivíduo e o meio (Vygotsky, 1991). Além disso, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996). Em sua essência, deve ser um direito garantido a todos, sem distinções ou exclusões. Nesse sentido, nos últimos anos, tem-se discutido com mais intensidade a necessidade de uma educação inclusiva, ou seja, uma educação que contemple as especificidades de cada aluno, respeitando suas diferenças e oferecendo a cada um as condições necessárias para sua aprendizagem e desenvolvimento.

Uma educação se torna inclusiva quando, para além de garantir o acesso à escola, promove a permanência e o sucesso do estudante. A inclusão não se resume a colocar todos no mesmo espaço físico, mas envolve a adaptação da estrutura escolar, do currículo, dos recursos didáticos e da formação dos professores para acolher a diversidade.

Carneiro *et al.* (2021, p. 3) destacam que "a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular evidencia dificuldades que precisam ser superadas, para que o processo possa ser realizado de forma integral e satisfatória no Brasil", reforçando que a inclusão não se resume à matrícula do estudante, mas envolve a garantia de condições adequadas para seu desenvolvimento.

Nesse contexto, é preciso olhar para o estudante como sujeito de direitos e de potencialidades, não apenas de limitações. Entre os grupos que demandam uma atenção diferenciada no campo da educação inclusiva estão as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), o autismo é uma condição do neurodesenvolvimento que impacta a interação social, a comunicação e o comportamento, podendo apresentar diferentes níveis de suporte. É chamado de espectro devido à ampla variação de manifestações e intensidade, o que exige práticas pedagógicas altamente personalizadas.

No contexto educacional, os professores precisam estar preparados para identificar possíveis sinais de desenvolvimento atípico, compreender as necessidades específicas de cada criança e desenvolver metodologias que favoreçam a aprendizagem de forma acolhedora e eficiente.

A relação entre o autismo e a educação é complexa e desafiadora, especialmente na educação infantil. A escola, como espaço socializador, deve estar preparada para acolher essas crianças de maneira digna e respeitosa. A atuação dos professores é determinante nesse processo. Conforme destacam Karlla, Balbino e Gomes (2014, p. 2):

De modo geral, é evidente que as licenciaturas têm deixado uma lacuna imensa com relação à formação de professores voltada para a inclusão, não preparando adequadamente os futuros docentes para receber e trabalhar com as singularidades de cada aluno com deficiência.

Além disso, é fundamental que o processo educativo ocorra em um contexto adequado, uma vez que:

O ambiente de aprendizagem deve ser propício e estimulante e que o ensino aconteça de forma natural para que a criança tenha interesse em realizar a atividade proposta e se sinta envolvida enquanto suas necessidades estejam sendo atendidas (Karlla, Balbino; Gomes, 2014, p. 3).

2.1 A UNIDADE DE ESTUDO

A Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach está situada na Travessa da Praça Renato Leone, nº 03, no distrito de Acupe – BA, uma comunidade quilombola localizada na parte sul do Recôncavo Baiano, em uma faixa litorânea entre Saubara e Santo Amaro, cuja base econômica é formada direta ou indiretamente pela pesca artesanal e pela coleta de bivalves (mariscos). Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPC) da escola, a instituição foi fundada em 1975 pela professora Alzerina Ramos, conhecida popularmente como “Tia Zezé”, recebendo inicialmente o nome de Escola Infantil Professora Alzerina Ramos. No início de suas atividades, atendia apenas 11 crianças em idade pré-escolar, sendo uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que visava oferecer atendimento principalmente educativo para crianças do próprio distrito e de localidades próximas. Em 1995, a instituição passou a ser registrada como Obras Sociais Frei Raul Seelbach, em homenagem ao padre Frei Raul, grande amigo de Tia Zezé, falecido em 1992. Após o falecimento de Tia Zezé em 2006, a escola passou a ficar sob a responsabilidade de seu filho Edson José de Aragão Ramos. Posteriormente, no ano de 2010, a instituição estabeleceu parceria com a Prefeitura Municipal de Santo Amaro.

A escola caracteriza-se como uma instituição de ensino regular que acolhe, inclusive, crianças com TEA. Atualmente, conta com 13 professores, 8 professores auxiliares, 1 diretor, 1 coordenador pedagógico, 1 agente administrativo, 1 porteiro, 3 ASGs (Auxiliares de Serviços Gerais) e 1 merendeira, atendendo 258 crianças com idades entre 2 e 6 anos. Sua estrutura física é composta por 7 salas de aula, 1 refeitório, 1 cozinha, área de lazer, 8 sanitários (sendo 1 acessível), 1 parque e 1 biblioteca.

Como funcionária dessa escola, tenho a oportunidade de acompanhar de perto a dinâmica da inclusão escolar e os desafios enfrentados cotidianamente. Um dos principais

aspectos observados é a necessidade de formação continuada para os professores. Embora haja boa vontade e empatia, muitos profissionais ainda se sentem inseguros diante de situações complexas envolvendo alunos com TEA, situação alinhada ao que destacam Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 538), ao afirmarem que "o preparo de docentes para atuarem com crianças com deficiência ainda é muito insuficiente para que haja uma inclusão efetiva."

O espaço físico da escola também merece atenção, embora seja acolhedor, ainda há necessidade de adequações para garantir conforto sensorial e segurança das crianças com TEA. É importante pensar em salas com menos estímulos visuais e sonoros, espaços de descanso, materiais pedagógicos adaptados e um ambiente escolar que estimule a interação positiva entre todos os alunos. A convivência entre alunos com e sem deficiência também é fundamental, pois contribui para a construção de um ambiente mais respeitoso e solidário. Como afirma Mantoan (2003, p. 16), "a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral."

Outro fator relevante é a relação entre a escola, a família e a comunidade. "Vale ressaltar, que a inclusão da família no processo de inclusão escolar foi evidenciada por muitos professores como fundamental" (Pimentel *et al.*, 2014; Vieira *et al.*, 2021, p. 8). A parceria com os pais, o acompanhamento multiprofissional e a formação de uma rede de apoio são condições essenciais para o sucesso da educação inclusiva.

A escolha do tema deste trabalho não é por acaso. A vivência cotidiana com crianças com TEA na Escola Obras Sociais Frei Raul Seelbach despertou o desejo de compreender mais profundamente os mecanismos da inclusão escolar e de contribuir, ainda que modestamente, para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas a esse público. Trata-se de um compromisso pessoal, profissional e ético com a equidade na educação. Além disso, a sensibilização da comunidade escolar é uma das chaves para a transformação social. Como apontam Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 538), "a inclusão de crianças com deficiência no contexto das escolas regulares ainda tem muito a avançar, principalmente no que se diz respeito à formação dos professores que lidam diretamente com essas crianças."

Portanto, este trabalho pretende aprofundar os estudos sobre a inclusão de crianças com TEA no contexto da educação infantil, com foco na realidade concreta de uma escola que enfrenta, diariamente, os desafios e as possibilidades da prática inclusiva. Ao destacar a importância da formação docente, da adequação do espaço escolar e da colaboração entre família, escola e comunidade, busca-se contribuir para a construção de um modelo educacional mais justo, sensível e eficaz.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Silva *et al.* (2024) abordam o tema da inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual, apresentando a diferença entre “inserir” e “incluir”, ao demonstrar que a presença física do aluno na sala de aula não é suficiente para garantir uma educação de qualidade. Os autores enfatizam a importância da flexibilização curricular como elemento central da inclusão, destacando que a adaptação de conteúdos e atividades deve ir além de ajustes superficiais, exigindo a reorganização da prática pedagógica para atender às necessidades de cada educando. Além disso, apontam a necessidade de formação continuada dos professores e da atuação reflexiva da equipe escolar, evidenciando que a inclusão exige esforço constante de docentes e gestores, bem como estratégias pedagógicas diferenciadas que valorizem a diversidade. Dessa forma, a inclusão escolar deve ser compreendida como um compromisso ético, político e pedagógico, centrado na valorização da diversidade e na singularidade de cada aluno.

Nesse mesmo sentido, Sampaio (2018) discute a importância da formação docente na educação inclusiva, especialmente no atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A autora afirma que a inclusão vai além da matrícula do aluno, sendo necessário garantir sua aprendizagem e participação no ambiente escolar. Destaca que a formação docente é um dos principais fatores para o sucesso da inclusão, sendo indispensável que o professor esteja preparado intelectual e emocionalmente, além de participar de formações continuadas. Também faz uma crítica a formação inicial de professores, apontando a pouca abordagem sobre educação inclusiva, o que contribui para a insegurança desses profissionais. Além disso, apresenta características comuns de alunos com TEA e ressalta a importância do Atendimento Educacional Especializado¹ (AEE), do mediador escolar e da parceria entre escola e família. Também enfatiza o uso de materiais pedagógicos adaptados e metodologias como ABA² e PECS³ que auxiliam no desenvolvimento da comunicação e da aprendizagem.

A Lei nº 12.764/2012 estabelece diretrizes fundamentais para a inclusão de estudantes com TEA na educação regular, reconhecendo-os como pessoas com deficiência e garantindo direitos como igualdade de oportunidades, não discriminação e acesso à educação. A legislação

¹ O atendimento educacional especializado (AEE) é a mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, público da educação especial. (Gov, 2025)

² ABA (Análise do Comportamento Aplicada) é uma abordagem que envolve a avaliação, o planejamento e a orientação – por parte de um profissional analista – do comportamento capacitado (Grupo IBES, 2023).

³ PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras) é atualmente um dos programas de comunicação mais utilizados mundialmente para crianças autistas não verbais (Santos *et al.*, 2020).

também prevê o acompanhamento por profissional especializado, quando necessário, evidenciando que, apesar dos avanços legais, a efetivação da inclusão depende da formação adequada dos professores e da adaptação de recursos pedagógicos.

Corroborando essa discussão, Carneiro *et al.* (2021) analisam os desafios no processo de inclusão de crianças com TEA, destacando a falta de preparo dos professores, as deficiências estruturais das escolas e a ausência de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados. As autoras apontam que, embora o acesso à escola esteja garantido, a permanência e a aprendizagem ainda não acontecem de forma plena. Além disso, ressaltam que o TEA apresenta características como dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos, exigindo que o sistema educacional esteja preparado para atender essas especificidades. O estudo também evidencia a insegurança dos professores ao lidar com alunos autistas, bem como a precariedade das condições escolares, como turmas superlotadas, o que pode comprometer o aprendizado e contribuir para a evasão escolar. Destaca-se ainda a importância da participação da família e da integração entre profissionais da educação e da saúde.

Por fim, Maia e Jacomelli (2019) abordam a importância do ensino especializado nas salas de recursos multifuncionais como estratégia para a aprendizagem de crianças com TEA. As autoras defendem que a educação especial atua como complemento ao ensino regular, contribuindo para a eliminação de barreiras e para a participação dos alunos. Ressaltam a necessidade de mudança na postura docente, destacando o professor como mediador do processo de aprendizagem e a importância da interação social no desenvolvimento cognitivo. Também enfatizam a afetividade como instrumento pedagógico e o uso de recursos visuais e concretos, que facilitam a compreensão e o desenvolvimento dos alunos. Por fim, destacam que a inclusão é um processo colaborativo, que envolve escola, família e sociedade, sendo fundamental para garantir a participação efetiva dos alunos no ambiente escolar.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

No que se refere à abordagem metodológica, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que buscou compreender, de forma aprofundada, os fenômenos relacionados às práticas pedagógicas e ao processo de inclusão escolar. Segundo Severino (2007), a pesquisa qualitativa prioriza a interpretação e a compreensão dos fenômenos em seu contexto, valorizando os significados, percepções e experiências dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, essa abordagem mostrou-se adequada para investigar as concepções e práticas dos profissionais da educação acerca da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach, em Acupe.

O presente estudo foi desenvolvido no contexto escolar, contando com a participação de 11 informantes, sendo 9 professoras, 1 coordenadora pedagógica e 1 diretora. Todas as participantes possuem formação em nível superior completo. A escolha desse grupo ocorreu em função de sua atuação direta no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no atendimento às crianças no ambiente escolar, o que possibilitou uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado, instrumento que permitiu reunir informações relevantes acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas, bem como das experiências e desafios enfrentados pelos profissionais no cotidiano escolar. A aplicação ocorreu em período previamente organizado, garantindo a participação das informantes de forma voluntária.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, permitindo identificar aspectos relacionados às práticas pedagógicas, às dificuldades enfrentadas pelos profissionais e às estratégias utilizadas no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dessa forma, foi possível compreender as possibilidades e os desafios presentes na construção de uma educação inclusiva no contexto escolar.

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados e analisados os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com professores e gestores da Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach, localizada em Acupe. A análise busca compreender como ocorre o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na instituição, considerando as práticas pedagógicas desenvolvidas, os desafios enfrentados pelos profissionais e as estratégias

utilizadas para promover uma educação inclusiva. Os informantes identificados de 1 a 9 correspondem aos docentes que responderam os questionários para professores, já os informantes de 10 a 11 são profissionais que ocupam cargos de gestão na instituição, tendo respondido ao questionário direcionado aos gestores. Os dados serão interpretados em diálogo com os estudos e fundamentos teóricos que embasam esta pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais ampla da educação inclusiva na instituição investigada.

4.2 QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. Você já recebeu formação específica sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Qual é a formação?

Nessa pergunta, a inf. 8 afirmou ter recebido formação específica sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), mencionando que essa formação ocorreu durante um curso de pós-graduação. As demais informantes responderam que não possuem formação específica sobre o tema. Esse resultado evidencia uma carência significativa na preparação docente para atuar com alunos com TEA, o que pode impactar diretamente na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, Sampaio (2018) destaca que a formação do professor para a educação inclusiva é um fator determinante para a construção de práticas pedagógicas adequadas, pois permite que o docente compreenda as especificidades do TEA e adapte suas estratégias de ensino às necessidades dos estudantes.

2. Quais são os principais desafios enfrentados ao trabalhar com crianças com TEA?

Todas as informantes apontaram a falta de formação e capacitação específica como um dos principais desafios enfrentados no trabalho com crianças com TEA. A inf. 1 destacou “a falta de capacitação e a não aceitação por parte das famílias”, enquanto a inf. 2 também mencionou “a falta de informação e a capacitação profissional”. De forma semelhante, a inf. 3 reforçou “a falta de capacitação continuada e a ausência do apoio familiar”, o que mostra que a ausência de suporte e formação ainda é uma realidade presente no contexto escolar.

A inf. 4 apresentou uma visão mais detalhada, ressaltando dificuldades relacionadas “à comunicação da criança, que pode ser verbal ou não verbal”, além das “dificuldades sensoriais”, “interação social” e “inflexibilidade comportamental”. Já a inf. 5 mencionou “socialização, comunicação e comportamento” como os principais desafios, aspectos que também foram lembrados pelas demais. Essas dificuldades podem ser compreendidas a partir de Sampaio (2018), ao destacar que as especificidades do TEA exigem do professor uma formação

adequada para compreender tais manifestações e planejar intervenções pedagógicas coerentes com as necessidades do aluno.

A inf. 6 destacou “a falta de treinamento e materiais adequados” e a necessidade de “pessoas capacitadas para fazer um acompanhamento mais individualizado”. De forma semelhante, a inf. 7 e a inf. 9 enfatizaram “a falta de formação adequada” e “a falta de formação específica sobre TEA e suas manifestações”. A inf. 8 complementou observando “a falta de apoio e especialização do professor proposta pela secretaria de educação”. Esses pontos dialogam com Vieira *et al.* (2021, p.8), que afirma que “o processo de inclusão escolar das crianças com TEA impõe a necessidade de adequações no ambiente escolar [...] bem como no que tange à capacitação dos professores para lidarem com essas crianças”.

De forma geral, as respostas mostram que os principais desafios estão ligados à falta de preparo profissional, à ausência de apoio da instituição e às dificuldades que as crianças têm em se comunicar e socializar. Esses aspectos reforçam a necessidade de investir em políticas públicas que promovam a formação continuada dos professores, a oferta de recursos pedagógicos adequados e o fortalecimento da parceria entre escola e família, garantindo uma inclusão mais eficiente e acolhedora, conforme também defendido na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, Lei nº 12.764, 2012).

3. Quais adaptações e estratégias pedagógicas você utiliza para incluir essas crianças nas atividades diárias?

Todas as informantes relataram utilizar estratégias pedagógicas voltadas para o lúdico e a adaptação das atividades, visando tornar o processo de ensino mais acessível às crianças com TEA. A inf. 9 destacou o uso de “rotina visual, instrução clara e simples, adaptação de atividades, materiais concretos para facilitar a compreensão, parceria com a família e atividade coletiva”, demonstrando uma prática pedagógica organizada e diversificada. Essas práticas se relacionam com a perspectiva de Sampaio (2018), ao compreender que o trabalho com estudantes com TEA exige organização estruturada do ensino, com previsibilidade, mediação constante e adequação das estratégias pedagógicas às necessidades individuais do aluno.

A inf. 8 mencionou “atividades diferenciadas através de contação de histórias, brincadeiras, jogos e outros”, reforçando a importância da diversidade de recursos para manter o engajamento das crianças. Essa diversificação pode ser compreendida a partir da discussão de Barbosa *et al.* (2024), que enfatiza a flexibilização curricular como elemento essencial para garantir a participação efetiva do estudante, permitindo que o ensino seja adaptado sem perder os objetivos educacionais.

A inf. 7 afirmou promover “um ambiente seguro e acolhedor”, com “atividades lúdicas, recursos concretos, musicalização, jogos e brincadeiras”, enquanto a inf. 6 destaca “atividades lúdicas como jogos, brincadeiras em grupo, colagem e recorte”. Já a inf. 5 resumiu sua prática no uso de “jogos e brincadeiras”, evidenciando que o aspecto lúdico é uma estratégia central na inclusão. Essas práticas se articulam com os resultados do estudo, que destacam que:

Faz-se necessário que os professores envolvidos nesse processo de educação conheçam as necessidades dessas crianças, de modo a compreender quais métodos adequados devem ser utilizados em sala de aula e assim propiciar de fato uma verdadeira inclusão (Vieira *et al.*, 2021, p. 7).

A inf. 4 descreveu um trabalho mais estruturado, relatando que “usa diferentes metodologias, priorizando o que é mais importante para o aluno, baseadas em projeto, atividades colaborativas, lúdicas e exploratórias para tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível.” A inf. 3 apontou a importância de “estimular a criança nas atividades pedagógicas”, enquanto a inf. 2 relatou o uso de “jogos pedagógicos, linguagem clara, atividades lúdicas e brinquedos montessorianos”. Essas ações reforçam a importância da atuação docente qualificada, conforme previsto na Lei nº 12.764/2012, que garante o direito à educação inclusiva e à oferta de apoio especializado para o desenvolvimento do estudante com TEA.

Por fim, a inf. 1 também enfatizou as “atividades lúdicas, jogos e brincadeiras.” De modo geral, as respostas mostram que as estratégias mais utilizadas envolvem atividades lúdicas, uso de materiais concretos, linguagem simples, rotinas estruturadas e a colaboração entre escola e família, aspectos fundamentais para a efetivação da inclusão escolar.

4. Você percebe avanços no desenvolvimento das crianças com TEA?

As respostas foram todas positivas, o que indica que os professores percebem avanços no desenvolvimento das crianças com TEA. Conforme mencionado pela inf. 3, “as crianças vão se desenvolvendo durante o processo de ensino e aprendizagem”, evidenciando que o desenvolvimento ocorre de forma progressiva a partir das experiências escolares. Essa percepção se relaciona com os resultados do estudo, que apontam que “a educação inclusiva melhora a comunicação e as relações interpessoais de crianças com TEA” (Vieira *et al.*, 2021, p. 7), evidenciando que a escolarização pode favorecer avanços significativos quando acompanhada de práticas pedagógicas adequadas e inclusivas.

A inf. 4 também reforça essa percepção ao afirmar que as crianças estão “socializando com os colegas de classe, falando com mais frequência, poucas palavras e com mais clareza”, o que evidencia melhorias na comunicação e nas interações sociais. Esses avanços podem ser

compreendidos a partir da ideia de Sampaio (2018), que destaca que práticas pedagógicas estruturadas e intencionais contribuem diretamente para o desenvolvimento comunicativo e social de estudantes com TEA.

Além disso, a fala da inf. 7, “é notório os avanços dentro das atividades propostas”, e da inf. 8, “a criança consegue acompanhar os objetivos propostos durante as aulas”, indicam que os progressos também alcançam aspectos cognitivos e de aprendizagem. Essa evolução se relaciona com Barbosa *et al.* (2024), ao enfatizarem que a flexibilização curricular e a adaptação das atividades permitem que o estudante com deficiência participe de forma mais efetiva do processo de ensino, alcançando os objetivos educacionais de maneira mais acessível.

A inf. 9 complementa essa percepção ao destacar avanços na “comunicação” e na “autonomia”, aspectos que também são fundamentais no processo de inclusão escolar. De acordo com a Lei nº 12.764/2012 (Brasil), o direito à educação da pessoa com TEA envolve não apenas o acesso à escola, mas também o desenvolvimento de habilidades que favoreçam sua autonomia e participação social.

Dessa forma, é possível concluir que, segundo as participantes, o processo de inclusão e o trabalho desenvolvido pelos professores têm proporcionado melhorias significativas no desenvolvimento das crianças com TEA, tanto nas interações quanto nas atividades escolares.

5. Que tipo de formação ou apoio você gostaria de receber para melhorar sua prática inclusiva?

Nota-se que todas as informantes expressaram o desejo de receber mais formação e apoio voltados à prática inclusiva, com ênfase em cursos, capacitações e formações continuadas. A inf. 9 mencionou o interesse em um “curso de capacitação sobre TEA que aborda características dos aspectos e estratégias de ensino”, evidenciando a necessidade de conteúdos teóricos e práticos. A inf. 8 destacou o desejo por “mais cursos informativos que retratem como lidar com essas crianças”, reforçando a importância de formações que tratam do cotidiano escolar com alunos com TEA.

A inf. 7 apontou a necessidade de “formação continuada, palestras na escola com especialistas na área para esclarecer e orientar a todos sobre o que é inclusão e qual a sua importância”, o que demonstra a valorização de momentos de troca e reflexão dentro do próprio ambiente de trabalho. Essa demanda se relaciona com Sampaio (2018), ao destacar que a formação docente para a educação inclusiva não deve ser pontual, mas contínua, articulada à prática e voltada para o enfrentamento das especificidades do TEA no contexto escolar.

A inf. 6 e a inf. 5 citaram a necessidade de “formação na área” e “capacitação pedagógica”, respectivamente, indicando a carência de orientações práticas para aprimorar a

atuação docente. Essa necessidade se aproxima das discussões apresentadas no estudo, que destacam que:

faz-se necessário que os professores envolvidos nesse processo de educação conheçam as necessidades dessas crianças, de modo a compreender quais métodos adequados devem ser utilizados em sala de aula e assim propiciar de fato uma verdadeira inclusão. Portanto, para que isso seja efetivado é crucial que os professores recebam apoio e qualificação profissional adequada (Weizenmann *et al.*, 2020 *apud* Vieira *et al.*, 2021, p. 7).

A inf. 4 apresentou uma resposta mais abrangente, mencionando “professor de apoio/professor auxiliar; atendimento educacional especializado (AEE); formação e capacitação de educadores; comunicação e colaboração familiar; adaptação do ambiente”, o que demonstra a importância de uma rede de suporte que vai além da formação docente. Essa visão se articula com Barbosa *et al.* (2024), ao enfatizar que a inclusão escolar efetiva depende de flexibilização curricular, recursos pedagógicos adequados e reorganização das práticas escolares para atender às necessidades dos estudantes com deficiência.

A inf. 3 foi mais direta, indicando apenas “capacitação” como demanda principal. Já a inf. 2 afirmou desejar “formação especializada como primeiros socorros, e até mesmo formação continuada em áreas específicas como o método específico para adaptação ao ensino e lidar com comportamentos.” Essas demandas reforçam a necessidade de políticas formativas consistentes, conforme previsto na Lei nº 12.764/2012 (Brasil), que assegura o direito à educação e ao suporte especializado para pessoas com TEA.

Por fim, a inf. 1 destacou que:

O governo juntamente com a secretaria de educação dos municípios deveriam investir em uma capacitação específica para a especialização dos professores, ou até mesmo desenvolver um projeto que ofereça pós-graduação gratuita para que os professores se especializem nesta área.

Evidenciando a necessidade de políticas públicas estruturadas para garantir formação adequada. De modo geral, as respostas revelam que a formação continuada e o apoio institucional são compreendidos como fundamentais para a qualificação da prática inclusiva e para a efetivação de uma educação mais humanizada e eficaz para estudantes com TEA.

6. As crianças com TEA participam de todas as atividades escolares? Como elas interagem com os outros alunos ?

Observa-se que a participação das crianças com TEA nas atividades escolares varia de acordo com suas características individuais e necessidades. A inf. 1 mencionou que “na maioria

das vezes mantêm-se isolados”, enquanto a inf. 2 destacou que há “pouca interação social”, evidenciando que ainda existem dificuldades significativas de inserção nas atividades coletivas. Esse resultado vai ao encontro do estudo analisado, que destaca que “o entendimento de que essas crianças têm características individuais particulares, exibindo diferentes graus de severidade do espectro e consequentemente necessidades educacionais únicas,” (Vieira *et al.*, 2021, p. 6), o que contribui para diferentes formas de participação e interação no ambiente escolar.

A inf. 3 relatou que “algumas vezes interagem nas atividades propostas e com os colegas”, e a inf. 4 apontou que as crianças “associam e assimilam o que lhe foi proposto e se prontificou logo em participar”, demonstrando que, quando há mediação pedagógica e estratégias adequadas, a participação tende a ser mais efetiva. Essa mediação se relaciona com Sampaio (2018), que destaca a importância da atuação docente organizada e intencional para favorecer a inclusão e o envolvimento do estudante com TEA nas atividades escolares.

A inf. 5 acrescentou que a participação ocorre “de acordo com seu momento e suas necessidades”, reforçando a importância de respeitar o ritmo individual de cada criança. De forma semelhante, a inf. 6 destacou que participam “de acordo com sua condição e aceitação”, e a inf. 7 mencionou que interagem “dentro de seus limites” e apreciam ser elogiadas e reconhecidas pelo desempenho nas atividades. Essas observações se articulam com Barbosa *et al.* (2024), ao enfatizarem a necessidade de flexibilização das práticas pedagógicas e adaptação das atividades para garantir a participação efetiva dos alunos com deficiência.

A inf. 8 relatou que as crianças participam “muito bem”, evidenciando que há casos em que a inclusão ocorre de forma mais satisfatória. Por fim, a inf. 9 observou que a participação depende de “adaptação de conteúdo e tempo”, destacando ainda que algumas crianças preferem brincar sozinhas ou apresentam dificuldades em manter a conversa e compreender regras sociais. Essa perspectiva reforça o que a Lei nº 12.764/2012 (Brasil) estabelece ao garantir o direito à educação inclusiva, o que implica a necessidade de ajustes e suportes adequados para assegurar a participação do estudante com TEA no contexto escolar.

As respostas mostram que, apesar de muitas crianças com TEA estarem inseridas nas atividades da escola, o nível e a qualidade dessa participação variam conforme a adaptação das tarefas, a compreensão das regras, os limites de cada aluno e o apoio do professor. Isso reforça a importância de estratégias pedagógicas individualizadas e de um acompanhamento constante, de modo a garantir uma inclusão que vá além da presença física, promovendo efetiva participação no processo de aprendizagem e convivência social.

7. Há algum suporte, material ou recursos que a escola oferece para garantir a inclusão?

Observa-se que o suporte, materiais e recursos oferecidos pelas escolas para garantir a inclusão das crianças com TEA variam significativamente. A inf. 9 destacou que, de modo geral, as escolas oferecem “cuidador, acompanhamento pedagógico, material adaptado (jogos, recursos acessíveis)”, evidenciando uma estrutura mais organizada em alguns contextos. Essa organização se relaciona com Sampaio (2018), ao enfatizar que a inclusão do estudante com TEA depende diretamente de suporte pedagógico e recursos que auxiliem o professor na mediação do ensino.

A inf. 8 mencionou especificamente “jogos pedagógicos”, enquanto a inf. 7 ressaltou que a escola disponibiliza “recursos e materiais para que o professor possa elaborar jogos e atividades lúdicas de acordo com as necessidades das crianças”, mostrando um suporte voltado à personalização das atividades. Essas práticas se aproximam da perspectiva de Barbosa *et al.* (2024), que destacam a flexibilização curricular e o uso de recursos adaptados como fundamentais para garantir a participação do aluno com deficiência no processo de aprendizagem.

Por outro lado, a inf. 6 apontou que há “muito pouco” suporte, e a inf. 4 afirmou que não há recursos disponíveis, indicando desigualdade na oferta de materiais e apoio entre as instituições. Essa ausência de estrutura adequada também foi identificada no estudo analisado, que destaca que:

O processo de inclusão escolar das crianças com TEA impõe a necessidade de adequações no ambiente escolar, no que diz respeito à estrutura física da escola e quantidade de alunos por turma, bem como no que tange à capacitação dos professores para lidarem com essas crianças e adotarem estratégias pedagógicas facilitadoras da aprendizagem das mesmas (Vieira *et al.*, 2021, p. 8).

A inf. 5 mencionou alguns recursos concretos, como “blocos de construção, blocos de encaixe e etc.”, enquanto a inf. 3 citou “jogos, brincadeiras pedagógicas dentre outras coisas”. A inf. 2 afirmou que a escola disponibiliza “alguns recursos” e a inf. 1 confirmou a existência de suporte, mas sem detalhar especificamente. Essas variações reforçam o que a Lei nº 12.764/2012 (Brasil) estabelece ao garantir o direito da pessoa com TEA a recursos e apoios necessários para sua plena inclusão escolar.

As respostas mostram que, mesmo havendo escolas que disponibilizam materiais adaptados, jogos educativos e acompanhamento especializado, ainda existe uma grande diferença na oferta desses recursos, o que pode afetar a qualidade da inclusão escolar. Isso

evidencia a necessidade de políticas públicas mais consistentes e investimentos contínuos para assegurar que todas as crianças com TEA tenham acesso a materiais adequados e suporte pedagógico permanente, garantindo condições reais de aprendizagem e participação.

8. Você realiza trocas com outros professores sobre práticas inclusivas?

Observa-se que todas as informantes afirmaram realizar trocas com outros professores sobre práticas inclusivas, demonstrando a importância da colaboração e do compartilhamento de experiências no contexto escolar. A inf. 4 destacou que essas trocas ocorrem “nas atividades Complementares (AC) e no conselho de classe”, enquanto a inf. 7 mencionou que existem “momentos de trocas de experiências e recursos pedagógicos, visando alcançar um desenvolvimento significativo das crianças com TEA”. A inf. 8 também relatou que essas interações acontecem durante os AC, evidenciando que espaços formais de planejamento e discussão são utilizados para esse fim.

Essas práticas de colaboração entre docentes se relacionam com Sampaio (2018), ao destacar que a formação docente para a educação inclusiva não ocorre apenas em cursos formais, mas também na troca de experiências entre professores, que contribui para a construção coletiva de estratégias mais adequadas às necessidades dos alunos com TEA.

As demais informantes (inf. 1, inf. 2, inf. 3, inf. 5, inf. 6 e inf. 9) confirmaram simplesmente que realizam essas trocas, reforçando que o trabalho colaborativo entre docentes é uma prática comum. Essa articulação também pode ser compreendida a partir do estudo analisado, que destaca que “não adianta haver garantia de direitos de acesso à escola sem que existam condições de permanência” (Vieira *et al.*, 2021, p. 8). Nesse sentido, o enfrentamento dos desafios da inclusão escolar demanda a atuação conjunta dos diferentes profissionais envolvidos, de modo a assegurar não apenas o ingresso, mas também a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com TEA no ambiente escolar.

Essas respostas indicam que o compartilhamento de estratégias, experiências e recursos pedagógicos entre professores é uma prática consolidada, contribuindo para o aprimoramento das práticas inclusivas e para o desenvolvimento integral das crianças com TEA. Além disso, essa colaboração se aproxima da perspectiva de Barbosa *et al.* (2024), ao reforçarem que a flexibilização curricular e o sucesso da inclusão dependem de um trabalho pedagógico articulado e coletivo dentro da escola.

4.3 QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

1. Está previsto no projeto pedagógico a inclusão de crianças com TEA?

Observa-se que tanto a inf. 10 quanto a inf. 11 afirmaram que a inclusão de crianças com TEA está prevista no projeto pedagógico, evidenciando que a instituição já contempla, formalmente, a política de inclusão em sua estrutura pedagógica. Essa previsão demonstra um compromisso institucional com a educação inclusiva e a garantia de direitos dessas crianças dentro do ambiente escolar. Essa organização está em consonância com a Lei nº 12.764/2012, que assegura o direito da pessoa com TEA à educação e à inclusão em classes comuns do ensino regular, com os apoios necessários ao seu desenvolvimento.

2. Que políticas internas são adotadas para promover a inclusão escolar?

A inf. 10 destacou ações de “conscientização sobre a importância da inclusão por meio de reuniões, atividades que motivem a empatia e o respeito pelas diferenças”, enquanto a inf. 11 mencionou a elaboração de “plano de aula e atividades que venham atender essas crianças”. Essas práticas evidenciam que a inclusão não se restringe apenas ao planejamento formal das atividades, mas envolve também uma dimensão formativa e relacional dentro da escola.

Nesse sentido, Sampaio (2018) destaca que a educação inclusiva depende não apenas de estratégias pedagógicas adaptadas, mas também de uma postura docente e institucional comprometida com a compreensão das especificidades do aluno com TEA, o que inclui atitudes de respeito, acolhimento e mediação intencional no processo de ensino-aprendizagem.

3. Os professores e cuidadores recebem formação continuada sobre educação inclusiva e TEA?

A inf. 10 afirmou que “apenas os cuidadores” recebem formação continuada, enquanto a inf. 11 complementou que “esse tema já foi abordado na jornada pedagógica e como proposta pedagógica do ano letivo 2025”, destacando que, no momento, as formações continuadas estão direcionadas principalmente aos cuidadores. Esses relatos evidenciam que, embora haja uma preocupação com a capacitação, a formação dos professores ainda é limitada, o que pode impactar na efetividade das práticas inclusivas. Nesse sentido, Sampaio (2018) destaca que a formação continuada dos professores é um elemento essencial para a efetivação da educação inclusiva, uma vez que o preparo docente influencia diretamente na construção de práticas pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes com TEA.

4. A escola conta com equipe de apoio especializada (psicólogos, cuidadores, etc.)?

A inf. 10 relatou que “quando necessitamos temos apoio da secretaria de educação”, e a inf. 11 confirmou que há suporte, mas que ele depende de solicitação junto à secretaria. Dessa

forma, observa-se que a escola dispõe de equipe de apoio, porém o acesso é condicionado à demanda e à intermediação administrativa, o que pode limitar a rapidez e a frequência do atendimento especializado. Essa dependência de encaminhamentos e da organização institucional evidencia um desafio recorrente na efetivação da inclusão. Nesse sentido, Vieira *et al.* (2021, p. 4) aponta que:

Os desafios no processo de educação inclusiva para crianças com TEA são comuns tanto no contexto nacional, como internacional, e estão relacionados principalmente a características estruturais das escolas, carência de tecnologia de ensino adequada e falta de qualificação dos professores para atender esse público.

5. Quais são os principais desafios que a gestão enfrenta na implementação da inclusão?

A inf. 10 apontou como desafios a “falta de estrutura, professores especializados e materiais didáticos apropriados”, enquanto a inf. 11 citou a “falta de formação continuada para professores, resistência de algumas famílias e materiais especializados”. Essas respostas indicam que os principais obstáculos envolvem infraestrutura, qualificação docente e apoio familiar, fatores essenciais para a efetividade da inclusão escolar. Nesse sentido, os resultados do estudo reforçam que “para que isso seja efetivado é crucial que os professores recebam apoio e qualificação profissional adequada” (Weizenmann *et al.*, 2020 *apud* Vieira *et al.*, 2021, p. 7). A falta de formação específica e de recursos para o trabalho pedagógico pode dificultar o planejamento das atividades e comprometer a efetivação da inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar.

6. Como a escola se organiza para adaptar o ambiente às necessidades de crianças com TEA?

A inf. 10 descreveu adaptações como “um ambiente acolhedor, jogos pedagógicos e parque em área tranquila”, enquanto a inf. 11 destacou a “construção de materiais didáticos que promovam a inclusão das crianças com TEA”. Ambas as respostas demonstram que a escola busca criar um ambiente seguro, estimulante e adaptado às necessidades individuais, facilitando a participação e o aprendizado das crianças. Nesse sentido, Barbosa *et al.* (2024) ressaltam que a flexibilização curricular e a adaptação de recursos e materiais são fundamentais para garantir a participação efetiva dos estudantes com deficiência no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que as atividades escolares sejam ajustadas às necessidades específicas de cada aluno.

7. Existe algum protocolo de acompanhamento para esses alunos?

A inf. 10 relatou que o acompanhamento é feito por meio de “relatórios realizados pelos professores e coordenadora pedagógica”, enquanto a inf. 11 explicou que crianças com laudos são encaminhadas ao centro de autismo em Santo Amaro para acompanhamento especializado. Isso evidencia que a escola realiza registro e monitoramento das crianças, garantindo um acompanhamento contínuo, ainda que alguns casos dependam de instituições externas. Nesse sentido, Sampaio (2018) destaca a importância do acompanhamento sistemático do processo de aprendizagem do estudante com TEA, com registros pedagógicos que orientem a prática docente e favoreçam intervenções mais adequadas às necessidades individuais.

8. Há recursos financeiros destinados especificamente à inclusão?

A inf. 10 afirmou que existem recursos, mas que são “insuficientes às necessidades”, enquanto a inf. 11 detalhou que receberam do FNDE, em 2024, recursos exclusivos para aquisição de equipamentos relacionados à sala de recursos. Esses relatos mostram que há investimento financeiro para inclusão, mas que a demanda ainda supera os recursos disponíveis, indicando necessidade de reforço no financiamento. Nesse sentido, Barbosa *et al.* (2024) destacam que a efetivação da inclusão escolar depende não apenas da existência de políticas e investimentos, mas também da adequação e suficiência dos recursos pedagógicos e estruturais, de modo a garantir condições reais de aprendizagem e participação dos estudantes com deficiência.

9. Como a gestão apoia os professores no processo de inclusão?

A inf. 10 destacou apoio por meio de “orientações para elaboração de ações e recursos, relatórios e envolvimento familiar na escola”, enquanto a inf. 11 mencionou “diálogo com as famílias e encaminhamento para instituições especializadas com relatórios”. Dessa forma, observa-se que a gestão atua oferecendo suporte pedagógico e estruturando canais de comunicação com famílias e instituições externas, promovendo condições para o sucesso das práticas inclusivas. Nesse sentido, o estudo destaca que:

São necessários elementos que forneçam meios para sua realização, tais como estrutura arquitetônica adequada, capacitação profissional, suporte pedagógico, conscientização e sensibilização dos profissionais, além da participação da família e toda comunidade escolar (Vieira *et al.*, 2021, p. 3)

Evidenciando que a inclusão escolar depende da atuação articulada entre escola, família e demais serviços de apoio.

10. Quais critérios são utilizados para definir ações inclusivas?

A inf. 10 citou a “valorização da diversidade, estratégias adaptadas para a inclusão e adaptações curriculares” como critérios norteadores. A inf. 11 não respondeu. Com base na resposta da inf. 10, fica evidente que as ações inclusivas são planejadas de forma estratégica e individualizada, respeitando a diversidade e promovendo adaptações necessárias para atender às diferentes necessidades das crianças. Nesse sentido, Barbosa *et al.* (2024) destacam que a flexibilização curricular é um elemento central para a inclusão escolar, pois permite ajustar objetivos, metodologias e avaliações às especificidades dos estudantes, garantindo maior equidade no processo de ensino-aprendizagem.

11. Como é feita a articulação entre escola, família e profissionais externos?

A inf. 10 relatou que ocorreu “através de reuniões com comunicação aberta e respeito mútuo, palestra com o psicólogo colaborador da instituição”, enquanto a inf. 11 destacou “relatórios e devolutivas sobre os avanços e necessidades da criança com TEA”. Essas respostas indicam que a escola busca uma articulação contínua e transparente entre todos os atores envolvidos, garantindo acompanhamento, alinhamento de expectativas e apoio ao desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, os autores ressaltam que “as instituições com Educação Infantil propõem-se a executar ações que promovam o desenvolvimento integral da criança, de modo a contemplar os aspectos cognitivos, físicos e socioemocionais” (Vieira et al., 2021, p. 4), evidenciando a importância da articulação entre escola, profissionais de apoio e família para garantir um acompanhamento adequado e favorecer o desenvolvimento dos estudantes com TEA.

12. O que ainda precisa ser melhorado para garantir uma inclusão de qualidade?

A inf. 10 apontou a necessidade de “aplicar um sistema de educação diferenciada, capacitação dos professores, utilização de tecnologias assistivas e promover aprendizagem colaborativa”, enquanto a inf. 11 destacou “formação continuada para os professores”. Esses relatos evidenciam que, para uma inclusão de qualidade, é fundamental investir em capacitação docente, tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas, garantindo que o ensino seja realmente adaptado às necessidades de todas as crianças com TEA. Nesse sentido, Sampaio (2018) enfatiza que a formação continuada é um elemento central para a prática inclusiva, pois possibilita ao professor desenvolver estratégias pedagógicas mais adequadas às especificidades do estudante com TEA. Além disso, o estudo destaca que “para que isso seja efetivado é crucial que os professores recebam apoio e qualificação profissional adequada” (Vieira *et al.*, 2021, p. 7), evidenciando a importância do investimento em formação docente e suporte especializado para a efetivação da inclusão escolar de estudantes com TEA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas ao longo deste estudo, foi possível compreender que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil constitui um processo contínuo, que envolve tanto avanços significativos quanto desafios estruturais e pedagógicos que ainda precisam ser superados. A investigação evidenciou que a Escola Infantil Obras Sociais Frei Raul Seelbach demonstra compromisso com a proposta inclusiva, buscando desenvolver práticas pedagógicas que atendam às necessidades das crianças, por meio de atividades lúdicas, adaptação de conteúdos e promoção de um ambiente acolhedor e estimulante.

Entretanto, os dados coletados revelam limitações importantes, especialmente no que diz respeito à formação continuada dos professores, que ainda se mostra insuficiente para atender às demandas específicas do trabalho com alunos com TEA. A ausência de capacitação adequada impacta diretamente na segurança dos docentes e na eficácia das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Além disso, a escassez de recursos didáticos especializados, a falta de apoio institucional mais efetivo e as limitações estruturais da escola também se configuram como obstáculos relevantes para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Outro aspecto importante identificado refere-se à necessidade de fortalecimento da parceria entre escola e família. A participação familiar mostrou-se fundamental para o desenvolvimento das crianças, sendo essencial para a continuidade das estratégias pedagógicas e para o acompanhamento do processo de aprendizagem. Da mesma forma, a atuação da gestão escolar e o trabalho colaborativo entre professores evidenciam-se como elementos essenciais para a construção de práticas mais eficazes e integradas.

Apesar dos desafios, os resultados demonstram que as crianças com TEA apresentam avanços significativos em seu desenvolvimento, especialmente no que se refere à comunicação, à socialização e à autonomia. Esses progressos reforçam a importância do ambiente escolar como espaço de inclusão, aprendizagem e desenvolvimento integral, evidenciando que, quando há mediação adequada, é possível promover experiências educativas positivas e transformadoras.

Dessa forma, conclui-se que a inclusão escolar não se limita ao acesso das crianças ao ambiente educacional, mas exige mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais. Torna-se fundamental investir em políticas públicas que garantam formação continuada aos professores, ampliação de recursos pedagógicos, utilização de tecnologias assistivas e melhorias na

infraestrutura escolar. Além disso, é necessário promover uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade, na empatia e na valorização das potencialidades de cada aluno.

Por fim, este estudo contribui para a reflexão sobre a prática inclusiva no contexto da educação infantil, destacando a necessidade de um olhar mais sensível e comprometido com as diferenças. Espera-se que esta pesquisa possa servir como incentivo para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de novas investigações na área, colaborando para a construção de uma educação mais justa, equitativa e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2012.

BARBOSA, Karine; BARBOSA, Mariele; PIRES, Cláudio; SILVA, Lidiane da. *Educando com deficiência intelectual: incluindo ou inserindo na sala de aula? A flexibilização curricular e o processo de inclusão escolar*. 2024.

KARLLA, Mirelly; BALBINO, Elizete Souza. *A importância da formação dos professores frente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA): estratégias educativas adaptadas*. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Classificação Internacional de Doenças – CID-11*. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <https://icd.who.int/>. Acesso em: 05 maio 2026.

SAMPAIO, Lígia Maria Tavares. *Formação do professor na educação inclusiva e TEA*. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SUELY, Maria; KELI, Milleni. *A importância do ensino especializado na sala de recursos, com estratégia de aprendizagem na formação da criança com TEA*. 2019.

TAVARES, Lúdia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. *A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente*. 2016.

VIEIRA, Lucilla; POLLIANY, Vitória; LIMA, Fernanda; SUELY, Kátia. *Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com o Transtorno do Espectro Autista*. 2021.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.